



Número: **0800596-90.2018.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **02/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **ESPÉCIES DE CONTRATOS, SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO FERREIRA DE LIMA (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO) DIJANIELLYESON MONTEIRO NOBREGA (ADVOGADO) ANTONIO JOALISON DE ARAUJO MORAIS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16853983	02/10/2018 20:48	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
16854030	02/10/2018 20:48	<a href="#">1. PROCURAÇÃO</a>	Procuração
16854047	02/10/2018 20:48	<a href="#">2. RG E CPF</a>	Documento de Identificação
16854053	02/10/2018 20:48	<a href="#">3. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
16854062	02/10/2018 20:48	<a href="#">5. CARTA DA SEGURADORA</a>	Documento de Comprovação
16854070	02/10/2018 20:48	<a href="#">6. BOLETIM DE OCORRÊNCIA</a>	Informações Prestadas
16854075	02/10/2018 20:48	<a href="#">7. DOCUMENTO DO VEÍCULO</a>	Documento de Comprovação
16854087	02/10/2018 20:48	<a href="#">4. DECLARAÇÃO DE POBREZA</a>	Outros Documentos
16854090	02/10/2018 20:48	<a href="#">8. DECLARAÇÃO CONDUTOR-PASSEIRO</a>	Outros Documentos
16854097	02/10/2018 20:48	<a href="#">10. PRONTO MÉDICO</a>	Outros Documentos
16854110	02/10/2018 20:48	<a href="#">11. PRONTO MÉDICO</a>	Outros Documentos
16854115	02/10/2018 20:48	<a href="#">12. PRONTO MÉDICO</a>	Outros Documentos
16966125	02/10/2018 20:48	<a href="#">Comprovante de Renda/Profissão - Agricultor</a>	Documento de Comprovação
22077018	19/06/2019 09:04	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
22122903	19/06/2019 09:50	<a href="#">Juntada Carta Negativa Seguradora</a>	Petição
22123425	19/06/2019 09:50	<a href="#">PETIÇÃO JUNTADA REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO - Antonio Ferreira de Lima</a>	Outros Documentos
22123426	19/06/2019 09:50	<a href="#">Sinistro 3170458734 - Carta Negativa Seguradora</a>	Documento de Comprovação
22207765	04/07/2019 09:14	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

27426 570	13/01/2020 18:14	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
--------------	------------------	-------------------------	---------

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE  
PICUI– ESTADO DA PARAÍBA**

**ANTONIO FERREIRA DE LIMA**, brasileiro, união estável, agricultor, portador da Carteira de Identidade nº. 2673296 SSP-PB e do CPF nº. 042.439.094-90, residente e domiciliado no Sítio Lagoa da caatinga, S/N, Zona Rural, Picuí-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala E, Pedro Salustino, Picuí – PB, onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:



# AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE INVALIDEZ c/c

## REPARAÇÃO DE DANO

---

em face da **Seguradora Lider -DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04 podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado endereço localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro de Rio de Janeiro, CEP: 20.31-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

### PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como "**direito e garantia fundamental**" do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

### DOS FATOS



Cumprе ressaltar inicialmente que no dia 14 de abril de 2015, por volta das 19h00min, o requerente foi vítima de acidente de trânsito, quando trafegava nas proximidades do sítio Lajedo Grande, situado na zona rural do município de Picuí/PB. O suplicante estava na condução de uma motocicleta Honda CG 125, que ao chegar em determinado ponto da estrada, perdeu o controle do veículo e veio a cair ao solo. Em momento posterior ao fato supracitado, a vítima foi socorrida pelas testemunhas que estavam presentes ao momento do acidente, com destino ao Hospital Regional de Picuí-PB, local onde o mesmo recebeu os primeiros socorros e passou pelos procedimentos médicos necessários. Em decorrência do impacto causado pelo acidente automobilístico, o requerente sofreu fratura no ombro esquerdo (**membro superior esquerdo**), que por este motivo, permaneceu impossibilitado de exercer suas funções profissionais por um determinado lapso de tempo.

Ressalta-se que, segundo o Boletim de Ocorrência nº. 040/2016 expedido pela Delegacia Regional da Polícia Civil de Picuí/PB, o requerente no momento do acidente conduzia o veículo moto HONDA CG 125, TITAN, ANO/MODELO 1995, COR VERMELHA, PLACA JLJ-5198-PB, CHASSI 9C2JC2501SRS25314, licenciada em nome de JOSÉ NIVALDO COSTA.

Também informa a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido para o Hospital Regional de Picuí/PB.

É tanto que o autor em 28/08/2017 requereu, na esfera administrativa, o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvat junto a uma seguradora consorciada da requerida (Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.), **sob sinistro nº. 3170458734, tendo tal procedimento extrajudicial se exaurido tendo em vista que a seguradora negou o pedido de indenização emitido pelo requerente**, razão pela qual só restou ao mesmo recorrer ao judiciário para ter seu direito a receber tal indenização, conforme se infere no documento em anexo. Desta feita, na presente inicial encontra-se esclarecidas todas as pendências assinaladas pela demandada.

Logo, nos leva a concluir que pelos danos causados a vítima, esse nobre juízo deve reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o at. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no valor de **R\$ 9.450,00,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.



## DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;*

*II - - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;*

*e*

*III -- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”*

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é renunciado pela Lei 6194/74.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

*“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da*



*existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."*

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente**, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

*134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)*

*6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC.*



*Desprovimento da apelação. Manutenção da sentença. **Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução.** (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20*

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2015, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pela autora/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima:*





...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

-

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

-

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

## ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)



<b>Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	<b>100% (CEM POR CENTO)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
<b>Lesões de órgãos e estruturas</b> crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais <b>curstando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital</b>	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50



Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência da lesão **no membro superior esquerdo (70% setent por cento)** o que perfaz o percentual correspondente aos 100% (cem por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, referente a sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pelo autor.



Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

*“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”*

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

*“AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA –*

***1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro.***

*2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)”*

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:



11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexos causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem,



todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. **Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação.** (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inasfastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, **a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação**, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)



Logo, está satisfeito o promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

### III - DOS PEDIDOS

**ANTE AO EXPOSTO**, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)** conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente parcial e de repercussão média sofrida pelo promovente **no ombro esquerdo/membro superior esquerdo (70% setenta por cento)** de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos do artigo 98 e seguintes do CPC.



e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, correção monetária com base no INPC-IBGE, o qual começará a incidir desde a data do sinistro nos termos da súmula 580 do STJ, e, juros moratórios no percentual de 1,0% ao mês que deverão ser calculados a partir da citação, conforme acentua a súmula 426 do STJ.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do CPC.

g. Seja o autor submetido a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da ré, nos termos do convenio firmado entre ela e esse Tribunal.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)

Nesses Termos,  
pede deferimento.

Picuí – PB, 27 de setembro de 2018.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**

OAB-PB 13220





## **Anexo 01**

### **QUESITOS**

-

**1)** *Se existe nexo causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*

**2)** *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*

**3)** *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*

**4)** *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*

**5)** *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: “75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais”.*

-

-

-

-

-

-

-

## **Anexo 02**

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974



<b>Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25



Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





TRIGUEIRO & NOBREGA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

## PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante Antonio Ferreira de Lima  
brasileiro, uniao estad agricultor portador (a) do RG nº  
2.643.296 expedido por SSC/PB e CPF nº 042.439.094-90 residente e  
domiciliado(a) na(o) sítio fazenda da coatianga  
nº 511, Bairro zona rural, Cidade Picuí UF PB, pelo presente  
instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procuradores e  
advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS**, portador do CPF nº. 047.951.774-65, inscrito  
na OAB-PB sob nº. 13.220 e na OAB-RN sob nº. 834-A, e **DIJANIellySON MONTEIRO**  
**NOBREGA**, inscrito na OAB/PB sob nº. 17068, brasileiros, casados, advogados, com endereço  
profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, nº 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala "E",  
Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (0\*\*83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o foro em  
geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo  
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras  
e últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou  
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal,  
repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem  
como substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 18 de Agosto de 2016.

Antonio Ferreira de Lima  
Outorgante

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



**UNIDADE TERRITÓRIO NACIONAL**

**REGISTRO GERAL**

**2673296** DATA DE EXPIRAÇÃO **10 JUL 1999**

**ANTONIO FERREIRA DE LIMA**

**Francisco Ferreira de Assis**

**FILIAÇÃO**

**Alice Eremita Ferreira**

**Cuité-PB**

**NATURALIDADE**

**05.12.1964**

**DATA DE NASCIMENTO**

**Cert. Nasc. 800 fls. 117 v. A-2**

**DOC ORIGEM**

**Cart. Flouf - PB**

**CPF**

**João Pessoa - PB**

**ASSINATURA DO TITULAR**

**MESE/ANO 2008/03**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**ESTADO DA PARAIBA**

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

**INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA**

**DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO**

**ANTONIO FERREIRA DE LIMA**

**DATA DE NASCIMENTO**

**05/12/1964**

**CPF**

**João Pessoa - PB**

**ASSINATURA DO TITULAR**

**MESE/ANO 2008/03**

**CÓDIGO DE CONTROLE**

**1CA7.ABC1.391B.F672**

**A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada no endereço**

**www.fazenda.gov.br**

**Comprovante emitido pela**

**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**de 10-08-08 às 27/02/2015 (hora e data de Brasília)**

**dígito verificador: 00**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

**Receita Federal**

**Centro de Pessoas Físicas**

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

**Número**

**042.439.084-90**

**Nome**

**ANTONIO FERREIRA DE LIMA**

**Nascimento**

**05/12/1964**

**VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO**

## DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal

Documento não é segunda-via de conta

Recurso para simplificar pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica Nº 000.039.435



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 Insc.Est. 16.015.823-0

### DADOS DO CLIENTE

ANTONIO FERREIRA DE LIMA  
SIT LAGOA DA CAATINGA S/N  
PICUI

### CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/850524-0

### REFERÊNCIA

AGO/2017

### APRESENTAÇÃO

07/08/2017

### CONSUMO

58

### VENCIMENTO

14/08/2017

### TOTAL A PAGAR

R\$ 23,19

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)



Gerencie aqui

ANTONIO FERREIRA DE LIMA

Roteiro: 01-080-570-1500

83690000000-8 23190054000-7 08505242017-2 08500800019-3

### VENCIMENTO

14/08/2017

### TOTAL A PAGAR

R\$ 23,19

### MATRÍCULA

850524-2017- 08-5



Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 02/10/2018 20:46:53

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18092712081102500000016417652>

Número do documento: 18092712081102500000016417652

Num. 16854053 - Pág. 1



**SINISTRO 3170458734 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA ANTONIO FERREIRA DE LIMA****COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A #624**BENEFICIÁRIO ANTONIO FERREIRA DE LIMA****CPF/CNPJ:** 04243909490**Posição em 28-08-2017 16:42:02**

A documentação abaixo encontra-se pendente, devendo ser entregue no mesmo local em que a documentação inicial foi entregue.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Documentação médico-hospitalar	Vitima	Não Conforme	

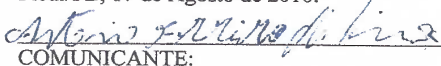


**C E R T I D A O**

Nº.Cont.: 040/2016

**CERTIFICO**, em razão do meu Ofício e a Requerimento **verbal** de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o registro de Ocorrências N.º 040/2016, cujo teor agora passo a transcrever na Íntegra: Aos 17 dias do mês de Agosto do ano de 2016, Nesta cidade de **Picuí**, Estado da Paraíba e na **Delegacia de Polícia Civil**, presente a Autoridade Policial o (a) **Bel. Fernando Antônio Zoccola Ferreira**, Delegado de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 14h.50min. compareceu: **ANTONIO FERREIRA DE LIMA**, brasileiro, união estável, agricultor, natural de **Cuité/PB**, nascido aos 05/12/1964, filho(a) de **Francisco Ferreira de Assis e Alice Eremita Ferreira**, residente no sítio **Lagoa da Caatinga**, s/n, zona rural de **Picuí/PB**, RG nº 2.673.296-SSP-PB e CPF nº 042.439.094-90; **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE** no dia 14 de abril de 2015, por volta das 19:00 horas, foi vítima de acidente de moto, nas proximidades do sítio **Lajedo Grande**, zona rural de **Picuí/PB**; **Que** no momento do acidente vinha pilotando uma motocicleta marca **Honda CG 125, TITAN**, ano/modelo 1995, cor vermelha, placa **JLJ-5198-PB**, chassi nº **9C2JC2501SRS25314**, licenciado em nome de **José Nivaldo da Costa**; **Que** perdeu o controle da motocicleta e caiu na estrada; **Que** o comunicante após o acidente foi socorrido pelas testemunhas abaixo assinadas para o Hospital Regional de **Picuí** onde foram prestados os primeiros socorros; **Que** em virtude do acidente automobilístico o comunicante sofreu fratura no ombro esquerdo; Era o que tinha a registrar. O referido é Verdade e Dou fé.

Picuí/PB, 17 de Agosto de 2016.



COMUNICANTE:

**SEBASTIÃO CANDIDO DA SILVA**TESTEMUNHA 1 CPF nº 036.037.814-57, Residente no sítio **Lajedo Grande**, zona rural, **Picuí/PB**.**JOSÉ GOMES DA SILVA**TESTEMUNHA 2 CPF 035.286.614-45 Residente no sítio **Lajedo Grande**, zona rural, **Picuí/PB**.



**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTERIO DA JUSTICA**

DETRAN - PB FRT 1999150004048106588  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

VIA 1 COD. RENAVAM 63667973-0 R.T.B. EXERCICIO 1999

NOME/ENDEREÇO  
JOSE NIVALDO DA COSTA  
BITIO CUNHA S/N  
58285000 JACARAU - PB

CPF/CGC 67285503487 PLACA JLJ5198/PB

PLACA ANT./UF CHASSI 9C2JC25018R625314 COMBUSTIVEL GASOLINA

PAS/MOTOCICLO/MARCA/MODELO HONDA/CG 125 TITAN

CAP/POT/CIL 2 P/12 /CV CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA UNICA VENC. COTA UNICA 1ª \*\*/\*\*/99 2ª \*\*/\*\*/99 3ª \*\*/\*\*/99

FAIXA LPVA PARCELAMENTO/COTAS

PREMIO LIQUIDO(R\$) ISOF PREMIO TOTAL(R\$) DATA DE PAGAMENTO  
\*\*\*\*\* SEGURO P A G O 22/07/1999

OBSERVAÇÕES  
SEM RESERVA DE DOMINIO

Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 02/10/2018 20:47:08  
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18092712084084400000016417673  
Número do documento: 18092712084084400000016417673

**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTERIO DA JUSTICA**

DETRAN - PB FRT 1999150004048106588  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

VIA 1 COD. RENAVAM 63667973-0 R.T.B. EXERCICIO 1999

NOME/ENDEREÇO  
JOSE NIVALDO DA COSTA  
BITIO CUNHA S/N  
58285000 JACARAU - PB

CPF/CGC 67285503487 PLACA JLJ5198/PB

PLACA ANT./UF CHASSI 9C2JC25018R625314 COMBUSTIVEL GASOLINA

PAS/MOTOCICLO/MARCA/MODELO HONDA/CG 125 TITAN

CAP/POT/CIL 2 P/12 /CV CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA UNICA VENC. COTA UNICA 1ª \*\*/\*\*/99 2ª \*\*/\*\*/99 3ª \*\*/\*\*/99

FAIXA LPVA PARCELAMENTO/COTAS

PREMIO LIQUIDO(R\$) ISOF PREMIO TOTAL(R\$) DATA DE PAGAMENTO  
\*\*\*\*\* SEGURO P A G O 22/07/1999

OBSERVAÇÕES  
SEM RESERVA DE DOMINIO

Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 02/10/2018 20:47:08  
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18092712084084400000016417673  
Número do documento: 18092712084084400000016417673

**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTERIO DA JUSTICA**

DETRAN - PB FRT 1999150004048106588  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

VIA 1 COD. RENAVAM 63667973-0 R.T.B. EXERCICIO 1999

NOME/ENDEREÇO  
JOSE NIVALDO DA COSTA  
BITIO CUNHA S/N  
58285000 JACARAU - PB

CPF/CGC 67285503487 PLACA JLJ5198/PB

PLACA ANT./UF CHASSI 9C2JC25018R625314 COMBUSTIVEL GASOLINA

PAS/MOTOCICLO/MARCA/MODELO HONDA/CG 125 TITAN

CAP/POT/CIL 2 P/12 /CV CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA UNICA VENC. COTA UNICA 1ª \*\*/\*\*/99 2ª \*\*/\*\*/99 3ª \*\*/\*\*/99

FAIXA LPVA PARCELAMENTO/COTAS

PREMIO LIQUIDO(R\$) ISOF PREMIO TOTAL(R\$) DATA DE PAGAMENTO  
\*\*\*\*\* SEGURO P A G O 22/07/1999

OBSERVAÇÕES  
SEM RESERVA DE DOMINIO

Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 02/10/2018 20:47:08  
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18092712084084400000016417673  
Número do documento: 18092712084084400000016417673





**DECLARAÇÃO**  
**(Lei 7.115)**

Eu, Antonio Ferreira de Lima  
brasileiro(a), união estável, aquellor, portador do  
RG nº 2.673.296 expedido por SSP / PB e do CPF nº  
042.439.094-90, residente  
na(o) sítio Roça da Coatinga,  
município de Picuí - PP, DECLARO, nos precisos termos do art. 1º da  
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de  
custas processuais, QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI, cuja situação econômica não  
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento  
próprio ou da família, BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA  
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e  
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 18 de Agosto de 2016.

Niilo Trigueiro Dantas  
DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983  
DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.  
O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando  
firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.**

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação  
aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel / Hélio Beltrão



## DECLARAÇÃO DO CONDUTOR/PASSEIRO DE VEICULO

Eu, Antonio Ferreira de Lima, RG: 2.673-296, CPF: 062.439.094-90 residente e domiciliado na Sítio Lagoa da Coatinga  
512, Cidade de Picuí, no Estado do PB

venho por meio deste, informar que sofri um acidente de motocicleta de propriedade de terceiro, que deixa de repassar a declaração do proprietário do veículo informar tendo em vista que o mesmo esta em local incerto, razão pela qual junta referida declaração que firmo, declaro ainda os dados de veículo conduzido por mim.

Nome do proprietário: José Nivaldo da Costa

Ano: 1995

Placa: 7LJ-5198-PB

Chassi: 9C2JC25D15R525314

Data do acidente: 14/04/2015

Diante do exposto, com a carência de provas documentais por parte dos órgãos governamentais acima não poderá implicar no não recebimento da indenização do Seguro DPVAT.

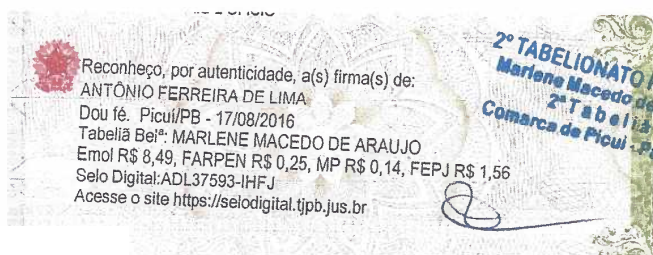
Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299 do Código Penal.

Local/Data Picuí - PB, 14 de Agosto de 2015



Antonio Ferreira de Lima


Assinatura



2º TABELIONATO PUBLICO  
Marlene Macedo de Araujo  
2ª Tabelia  
Comarca de Picuí - Paraíba



**SUS**



ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE  
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 2757710 CGC/CPF: 08.778.268.0001/60  
NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI  
END.: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA  
MUNICIPIO: PICUI ESTADO: PARAIBA UF: 25

Nome: ANTONIO FERREIRA DE LIMA  
Raça/Cor: PARDA

Dt. Nasco: 05/12/1964 Idade: 50 ano(s) mês(es) de idade dia(as) de idade Sexo: M

Mãe: ALICE EREMITA FERREIRA Documento: 2673296 Nº:

Profissão: AGRICULTOR

Endereço: ST LAGEDO GRANDE

Bairro: ZONA RURAL

Município/CEP/BGE: PICUI / 58187000 / 251140

Teléfono para contato: (83) 0000-0000 C.N.S.: 203499407750004

Data e Hora: 14/04/2015 08:55:14 SSVV Nº: CADASTRO: 21692

PESO: PA: TEMP: ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

*[Handwritten notes:]*  
*Atendimento em 14/04/2015*  
*Exames realizados na unidade: TPPOS*  
*Resultado: Infecção*

Hospital Regional de Picui  
Atesto conforme o original.  
Picui: 04/03/2016  
Arquivo Médico  
Lapontineza, Maria Fátima Freitas  
Auxiliar Administrativo  
210896-A

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_

	CARÁTER DO ATENDIMENTO
<input type="checkbox"/> 01 - ELETIVO	
<input type="checkbox"/> 02 - URGÊNCIA	
<input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA	
<input type="checkbox"/> 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO	
<input type="checkbox"/> 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS	

PROCEDIMENTO - descrição:

DIAGNÓSTICO: Hipertensão arterial

cód.: \_\_\_\_\_

data

*(Faint handwritten notes at the bottom of the page)*

RECEITUÁRIO MÉDICO

**HOSPITAL REGIONAL DE PICUI**  
Rua: Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo  
Fone: (83) 3371-2554 / 3371-2990 / 58.187-000 / PICUI-PA  
CNPJ: 03.515.174/0001-85

ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SAUDE  
SISTEMA UNICO DE SAUDE





HOSPITAL REGIONAL DE PICUI  
Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15  
Bairro: Monte Santo - CEP - 58.187-970  
Fone/Fax - (83) 3371-2990 / 3371-2554  
CNPJ - 03.515.174/0001-85 UTB-14009-00  
Picuí - PB

**RECEITUÁRIO**

Nome: \_\_\_\_\_

End: \_\_\_\_\_

*Prescrição com grupo  
B no ato agudo  
necrose do  
osso do  
serviço de ORTO*


Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Carimbo e assinatura do Médico

«AO RETORNAR TRAZER ESTE RECEITUÁRIO





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI  
C.N.P.J. 08.741.399/0001-73  
Home Page: <http://picui.famup.com.br>  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CNPJ: 08.619.650/0001-21



## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o paciente ANTONIO FERREIRA DE LIMA esteve nesta Secretaria Municipal de Saúde de Picuí-PB no dia 15 de dezembro de 2015 marcando uma viagem para Campina Grande para fazer um CIRURGIA DE OMBRO no Hospital UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO (HUAC - UFCG) as 12:00 no dia 16/12/2016.

PICUI - PB, 15 de maio de 2015

**ELI ANGELA DANTAS DE ARAUJO BEZERRA**  
Responsável pela marcação dos Transportes  
Secretaria Municipal de Saúde



**SUS**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Prefeitura Municipal de Picuí**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**CNPJ: 08.619.650/0001-21**


**UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE**

**RECEITUÁRIO**

Nome: Antônio Ferreira de Lima

Paciente acometido de lesão em  
manquilha notável com limitação  
funcional e apresentando qua-  
dro clínico de dor, edema, di-  
minuição de ADM e força em  
MSE e assimetria de ombros  
com alterações postural.

O paciente referido vem ven-  
do atendido pelo serviço de fi-  
sioterapia deste município em  
mês de alta.

  
**Dra. Caroline de M. Lima Sousa**  
Fisioterapeuta - CREFITO 192611-F  
CNS: 2092698059300031

Picuí, 16/09/2015

Médico - CRM

Rua Antônio Firmino, 344 - Bloco B - Monte Santo  
CEP: 58.187-000 - Picuí - PB  
Fone/Fax: (83) 3371-2620 / 3371-2374  
e-mail: pmpicui.sat.splena.@uol.com.br

BIA GRÁFICA: (83) 99934-4111







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**Prefeitura Municipal de Picuí**  
**Secretaria Municipal de Saúde**  
**CNPJ: 08.619.650/0001-21**

**UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE**

**RECEITUÁRIO**

Nome: Antonio Ferreira Lino

uso oral  
① Depressão potêncio 50g  
15g

Tomar 01 cp VO 8/8h  
por 05 dias

Dra. Vanessa Marapo  
MÉDICA  
CRM-PB 9974

Picuí, 19/01/16

Médico - CRM

Rua Antônio Firmino, 344 - Bloco B - Monte Santo  
CEP: 58.187-000 - Picuí - PB  
Fone/Fax: (83) 3371-2620 / 3371-2374  
e-mail: pmpicui.sat.splena.@uol.com.br

BIA GRÁFICA: (83) 98934-4111 PICUÍ/PB





Nome: ANTONIO FERREIRA DE LIMA  
Idade : 50 Anos  
Médico: CARLOS A. R. CANDIDO FILHO

ID: 1936799  
0066572901  
Data: 23/01/2015

### RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO OMBRO ESQUERDO

#### TÉCNICA:

Exame realizado com sequências FSE e gradiente eco ponderadas em T1 e T2, em planos de cortes múltiplos, alguns com técnica para supressão do sinal da gordura, antes e após a administração endovenosa do meio de contraste paramagnético.

#### ANÁLISE:

Redução do espaço articular glenoumeral e acromioclavicular, cursando com reação osteofitária marginal, afilamento dos revestimentos condrais, com múltiplos cistos subcondrais e subcorticais, destacando-se intensa alteração inflamatória e proliferação da sinóvia, cursando com tecido amorfo / pannus associadamente, notadamente no recesso posterior.

Rotura transfixante do subescapular e das fibras mais anteriores do supraespinal, estimada em cerca de 2.5 cm (plano sagital) x 1.6 cm (plano coronal - grau de retração dos cotos tendíneos).

Importante redução das dimensões e irregularidade dos contornos do lábio glenoidal.

Importante afilamento e alteração de sinal do tendão do cabo longo do bíceps.

Infiltração adiposa dos ventres musculares do subescapular, supra e infraespinais, estimada em cerca de 60%.

#### IMPRESSÃO:

Redução do espaço articular glenoumeral e acromioclavicular, cursando com alteração morfoestrutural, reação osteofitária marginal, afilamento dos revestimentos condrais, com múltiplos cistos subcondrais e subcorticais, destacando-se intensa alteração inflamatória e proliferação da sinóvia. Esses achados podem ser encontrados em artropatias inflamatórias, de etiologia a esclarecer. Importante a correlação clínica.

Rotura transfixante do subescapular e das fibras mais anteriores do supraespinal. Há descontinuidade de fibras da transição miotendínea do supra e infraespinais.

Rotura parcial do cabo longo do bíceps.

\* Exame documentado em 05 filmes e 01 CD.  
cv- 1936799



Dr MAURO CALDAS MENDES FILHO  
CRM 8237

#### UNIDADE I

Rua Capitão João Alves de Lira, 742 • Prata

#### UNIDADE II

Av. Floriano Peixoto, 804 • Centro

#### UNIDADE III

Clínica Santa Clara



SUS

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 2757710

CGC/CPF: 08.778.268.000/160

NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

END: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA

MUNICÍPIO: PICUI ESTADO: PARAIBA UF: 25

Nome: ANTONIO FERREIRA DE LIMA

Raça/Cor: PARDAS

Dt. Nasc: 05/02/1964 Idade: 49 anos(meses) de Idade dia(s) de Idade Sexo: M

Mãe: ALICE EREMITA FERREIRA

Profissão: AGRICULTOR

Endereço: ST LAGEDO GRANDE

Bairro: ZONA RURAL

Município/CEP/IBGE: PICUI / 58187000 / 251140

Telefone para contato: (83) 0000-0000

Data e Hora: 25/07/2014 08:46:41

CNS: 203499407750004

CADASTRO: 184782

SSV

PESO:

PA:

TEMP:

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Hospital Regional de Picui  
Atesto conforme o original.  
04/03/2015  
Arquivo Médico

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)

RESULTADOS

RECEPCIONISTA: HRP

1	
2	
3	
4	

☒ 01 - ELETIVO  
☐ 02 - URGÊNCIA  
☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA  
☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO  
☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

CARACTER DO ATENDIMENTO

PROCEDIMENTO - descrição:

DIAGNÓSTICO:

Alto Boto

Alto Boto

CID-10:

MEDICAÇÃO:

☐ 1. PRESCRITA  
☐ 2. APLICADA

ENCAMINHAMENTO:

☐ OBSERVAÇÃO  
☐ RESIDÊNCIA  
☐ OUTRO HOSPITAL  
☐ ÓBITO  
☐ INTERNAÇÃO  
☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:

1.	930140	100712
2.		
3.		

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(S) ASSISTENTE(S): CARIMBO(S)

CNS

AUDITADO

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO



Marina da Silva

CPF: 131.942.522-15

CRM: 131.942.522-15

Matrícula: 0900435-9



 **PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**   
CNPJ: 08.619.650/0001-21  
**UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE**

**RECEITUÁRIO**

NOME: Antônio Ferreira de Lima

Paciente acometido de Bursite e  
deranque articular acentuado com  
ruptura total bicipital e de tendões  
do manequim rotador.

Apresentando dor, edema e difi-  
culdade em movimentos de abdu-  
ção, flexão, extensão e rotação de  
ombro esquerdo, diminuição de  
força no MSE e assimetria de  
ombros com alterações posturais.

Paciente vem sendo atendido pelo  
serviço de fisioterapia deste municí-  
pio, porém, não apresenta melhora  
em quadro clínico até o momento.

Picuí, 11/12/2014  
Dra. Caroline de M. Lima Sousa  
Fisioterapeuta - CREFITO 192611-F  
Rua Antonio Firmino, 344 - Bloco B - Bairro Monte Santo  
CNPJ: 08.619.650/0001-21  
SER: 58 187 - 000 - Picuí - PB  
FONE: (35) 3371-2620/3371-2374  
www.picui.pb.gov.br





# Clínica Dr. Wanderley

Radiografia Digital • Tomografia Computadorizada Multislice  
Ressonância Magnética • Medicina Nuclear • Ultrassonografia  
Ecocardiografia • Doppler Vascular • Densitometria Óssea  
Mamografia Digital • Biopsias Superficiais e Profundas

**UNIDADE I**

Rua Capitão João Alves de Lira, 742 - Prata  
Fone: 83 3310 3055 Fax: 83 3341 4122

**UNIDADE II**

Av. Floriano Peixoto, 804 Centro  
Fone: 83 3315 7000

**UNIDADE III**

Clínica Santa Clara  
Fone: 83 3310 3055

CAMPINA GRANDE - PB • [clinicawanderley@uol.com.br](mailto:clinicawanderley@uol.com.br)

Nome: **ANTONIO FERREIRA DE LIMA**

1936799

Exame: **USG. DO OMBRO ESQUERDO**

0065032301

Médico: .

Data: 04/12/2014

Paciente pouco colaborativo com os movimentos de rotação do braço, dificultando realização do exame.

O tendão da cabeça longa do bíceps apresenta descontinuidade total das suas fibras.

Manguito rotador apresentando descontinuidade total das fibras de todos os tendões componentes.

Bolsa subacromial e subdeltoidea acentuadamente distendida.

Musculatura adjacente sem alterações ecográficas.

Derrame articular acentuado.

**Impressão : Bursite e derrame articular acentuado.**

**Ruptura total bicipital e dos tendões componentes do manguito rotador.**

dr

**Dra FERNANDA PINTO DA NÓBREGA**  
CRM 8835

Dr. Ricardo V. Wanderley CRM 1041  
Dr. Harácin Nóbrega Matta CRM 7704

Dr. Luciano V. Wanderley CRM 932  
Dra. Sílvia Wanderley Cirne CRM 1969

Dr. Aberlardo da Matta Ribeiro CRM 3901  
Dr. Mauro Caldas Mendes Filho CRM 8237





ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SAÚDE



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

**HOSPITAL REGIONAL DE PICUI**

Rua: Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo  
Fone: (83) 3371-2554/3371-2990/58.187-000/Picui-PB

CNPJ: 03.515.174/0001-85

**RECEITUÁRIO MÉDICO**

Antônio Fervine  
de Lima

Dr.   
14/04/2014

10 Bupropion 150  
famos 1p  
1x/dia

Data

16/12/14

Carimbo e Assinatura do Médico

"AO RETORNAR TRAZER ESTA PRESCRIÇÃO"





**HOSPITAL REGIONAL DE PICUI**  
Rua: Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo  
Fone: (83) 3371-2554/3371-2990/58.187-000/Picuí-PB  
CNPJ: 03.515.174/0001-85

## RECEITUÁRIO MÉDICO

Antonio Ferraro & C.  
Via C. 100

① Beh funkt - Olup  
diephiol Olup 1M,  
1500 1M  
Uso 200

1508  
U80 oval  
① Jolanium flex - 1 ex  
Tanner Lip W  
12/12/24 Dr. G. H. H.

Data

**Cavimbo e Assinatura do Médico**

"AO RETORNAR TRAZER ESTA PRESCRIÇÃO:







ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SAÚDE



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

**HOSPITAL REGIONAL DE PICUI**

Rua: Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo  
Fone: (03) 3371-2554/3371-2990/58.107-000/Picuí - PB

CNPJ: 03.515.174/0001-85

**RECEITUÁRIO MÉDICO**

Antônio Fervine  
de Lima

Ouro  
14/04/2015

C Bupropion 150  
fornecido  
VO  
1+/dia

Data

16/12/14

Carimbo e Assinatura do Médico

"AO RETORNAR TRAZER ESTA PRESCRIÇÃO"



RECEITUÁRIO

NOME:

Antônio Ferreira de Lima

Paciente acometido de Bursite e  
derrame articular acentuado com  
ruptura total bicipital e de tendões  
do manguito rotador.

Apresentando dor, edema e difi-  
culdade em movimentos de abdu-  
ção, flexão, extensão e rotação de  
ombro esquerdo, diminuição de  
força no MSE e assimetria de  
ombros com alterações posturais.

Paciente vem sendo atendido pelo  
serviço de fisioterapia deste municí-  
pio, porém, não apresenta melhora  
em quadro clínico até o momento.

Picuí, 11/12/2014

Dra. Caroline de M. Lima Sousa

Fisioterapeuta - CREFITO 192611-F

Rua Antonio Firmino, 344 - Bloco B - Bairro Monte Santo  
SEP- 58 187 - 000 - Picuí - PB

Telefone: (33) 3371-2620/ 3371-2374

www.picui.pb.gov.br





# Clínica Dr. Wanderley

Radiografia Digital • Tomografia Computadorizada Multislice  
Ressonância Magnética • Medicina Nuclear • Ultrassonografia  
Ecocardiografia • Doppler Vascular • Densitometria Óssea  
Mamografia Digital • Biopsias Superficiais e Profundas

**UNIDADE I**

Rua Capitão João Alves de Lira, 742 - Prata  
Fone: 83 3310 3055 Fax: 83 3341 4122

**UNIDADE II**

Av. Floriano Peixoto, 804 - Centro  
Fone: 83 3315 7000

**UNIDADE III**

Clínica Santa Clara  
Fone: 83 3310 3055

CAMPINA GRANDE - PB • [clinicawanderley@uol.com.br](mailto:clinicawanderley@uol.com.br)

Nome: **ANTONIO FERREIRA DE LIMA**

1936799

Exame: **USG. DO OMBRO ESQUERDO**

0065032301

Médico: .

Data: 04/12/2014

Paciente pouco colaborativo com os movimentos de rotação do braço, dificultando realização do exame.

O tendão da cabeça longa do bíceps apresenta descontinuidade total das suas fibras.

Manguito rotador apresentando descontinuidade total das fibras de todos os tendões componentes.

Bolsa subacromial e subdeltoidea acentuadamente distendida.

Musculatura adjacente sem alterações ecográficas.

Derrame articular acentuado.

**Impressão : Bursite e derrame articular acentuado.**

**Ruptura total bicipital e dos tendões componentes do manguito rotador.**

dr

**Dra FERNANDA PINTO DA NÓBREGA**  
CRM 8835

Dr. Ricardo V. Wanderley CRM 1041  
Dr. Horácio Nobrega Neto CRM 2204  
Dra. Carleusa C. M. O. Raulino CRM 4474  
Dra. M<sup>te</sup>. Sandra da Silva Lima CRM 7288  
Dra. Mayra Pereira dos Santos CRM 5678

Dr. Luciano V. Wanderley CRM 932  
Dra. Sílvia Wanderley Cirne CRM 1969  
Dra. Luisa Rosas Wanderley CRM 8238  
Dra. Crisina L. C. A. Monteiro CRM 5557  
Dra. Rosany Simone C. dos Santos CRM 4484  
Dra. Paula Mara P. Amorim CRM 7672

Dr. Aberlardo da Matta Ribeiro CRM 3901  
Dr. Mauro Caldas Mendes Filho CRM 8237  
Dra. Flávia Wanderley Cirne CRM 4957  
Dra. Danielle Wanderley Rodrigues CRM 5933  
Dra. Patrônia Gomes N. Matos CRM 4407  
Dra. Marcela G. Fernandes CRM 6473



**RESUMO DE ALTA**  
(REFERÊNCIA OU CONTRA-REFERÊNCIA)

NOME: Antonio Fereira D.N. \_\_\_\_\_ PRONT. Nº \_\_\_\_\_  
NATURALIDADE: \_\_\_\_\_ PROCEDÊNCIA: \_\_\_\_\_  
ADMISSÃO: 16 / 12 / 15 ALTA: 17 / 12 / 15

1 - MOTIVO DA INTERNAÇÃO (DADOS POSITIVOS DA ANAMNESE/EXAME FÍSICO)

*Lesão do membro superior direito do ombro e*

2 - RESULTADO DOS PRINCIPAIS EXAMES

*Tratamento cirúrgico*

3 - EVOLUÇÃO E COMPLICAÇÕES

4 - TERAPÊUTICA REALIZADA

5 - DIAGNÓSTICO (HIPOTÉTICO OU DEFINITIVO)

6 - ORIENTAÇÕES MÉDICAS PARA O PACIENTE/EGRESSO

*Retorno ao HUAC em 17/12/15 às 15h*

7 - CONDIÇÕES DE ALTA:

☐ CURADO ☐ A PEDIDO ☐ ÓBITO ☐ MELHORADO ☐ INALTERADO

☐ TRANSFERIDO PARA: \_\_\_\_\_

GRANDE, 17 DE 12 DE 15

RESPONSÁVEL PELO RESUMO

Dr. Alexandre Queiroz Neto  
CRM 6817 - R. 1207/1203  
Cirurgia Ombro e Cotovelo  
Clínica CTO - Rua Dr. Chateaubriand, 206  
Tel: 3341-2566





**UNIDADE I**

Rua Capitão João Alves de Lira, 742 • Prata  
Fone (83) 3310 3055 • Fax (83) 3341 4122

**UNIDADE II**

Av. Floriano Peixoto, 804 • Centro  
Fone (83) 3315 7000

**UNIDADE III**

Clínica Santa Clara  
Fone (83) 3310 3055 S7-224-4

[www.clinicadrwanderley.com.br](http://www.clinicadrwanderley.com.br)



Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 02/10/2018 20:47:24

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18092712094467500000016417711>

Número do documento: 18092712094467500000016417711



ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI  
Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15  
Bairro: Monte Santo - CEP - 58.187-970  
Fone/Fax - (83) 3371-2990 / 3371-2554  
CNPJ - 03.515.174/0001-85 UTB-14009-00  
Picuí - PB

RECEITUÁRIO

Nome:

End:

Paciente com grupo  
B no do auto agudo,  
necessitando  
de  
serviço de ombro

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Carimbo e assinatura do Médico

«AO RETORNAR TRAZER ESTE RECEITUÁRIO







**Tribunal de Justiça da Paraíba  
Vara Única de Picuí**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 0800596-90.2018.8.15.0271**

**DESPACHO**

**Vistos, etc.**

**Intime(m)-se a parte promovente** para, no prazo de 15 (dez) dias, **instruir o pedido com prova documental de decisão negativa do requerimento na esfera adminsitrativa**, posto que o documento juntado aos autos demonstra que o pedido administrativo encontra-se pendente, aguardando que o requerente apresente os documentos solicitados pela seguradora, sob pena de indeferimento da inicial por falta de interesse processual.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

**Anyfrancis Araújo da Silva**

**Juiz de Direito**

---

[1] RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO. Decisão: Trata-se de recurso extraordinário, interposto por Welho Lopes de Oliveira Bezerra, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz/MA, assim do (fl. 157): "SÚMULA DO JULGAMENTO. RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DE OFÍCIO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE. 1. Inexiste uma das condições da ação, pois não há indício de que fora realizado qualquer pedido administrativo. 2. Princípio da inafastabilidade da jurisdição. As garantias constitucionais devem se submeter às normas infraconstitucionais do direito processual, neste caso, a falta de interesse processual. 3. Necessidade do prévio requerimento administrativo, gerando a pretensão resistida e configurando a necessidade de intervenção do Poder Judiciário. 4. Sendo a condição da ação matéria de ordem pública, pode ser examinada ex officio e a qualquer tempo ou grau de jurisdição, inclusive pelas Turmas Recursais. 5. Reconhecimento, de ofício, da falta de interesse de agir e extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, excluindo-se a condenação porventura fixada em sentença. 6. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. 7. Por unanimidade". Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. Nas razões do apelo extremo, sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, alega violação ao artigo 5º, XXXV e XXXVI, da Constituição Federal. O Tribunal a quo admitiu o recurso extraordinário. É o relatório. DECIDO. Não merece prosperar o recurso. Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a





*ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03/9/2014, nos termos do seguinte trecho do referido julgado: A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. Ex positis, DESPROVEJO o recurso, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Brasília, 4 de fevereiro de 2015. Ministro Luiz Fux Relator Documento assinado digitalmente (STF - RE: 839353 MA , Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLIC 09/02/2015).*



SEGUE PETIÇÃO E DOCUMENTOS EM ANEXO.





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI –  
ESTADO DA PARAÍBA.**

**PROCESSO Nº. 0800596-90.2018.815.0271**

**ANTONIO FERREIRA DE LIMA**, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, **REQUERER**, e emendar a inicial, no sentido de juntar o comprovante que o requerente pleiteou Administrativamente a indenização do seguro dpvat antes de ingressar em juízo, requerimento esse cadastrado junto a ré sob **sinistro nº. 3170458734**, conforme faz prova o documento agora colacionado aos autos; tendo inclusive tal benefício SIDO CANCELADO ante ao fato da ré não ter exigido a declaração abusiva do proprietário da moto.

Inclusive o requerente em todos os momentos em que teve documentação solicitada, atendeu ao requerido pela ré, não ensejando assim em ausência de documentos.

Destarte, que o autor ainda informa a esse Juízo que todos os documentos carreados a esses autos foram os que formaram o processo administrativo junto a ré, razão pela qual não existem mais documentos por sua parte a serem colacionados nesse processo judicial.

Noutro Norte, sob a possibilidade de extinção sem julgamento do mérito desses autos por esse Juízo, vem o autor de pronto requerer ainda que Vossa Excelência não proceda dessa forma, uma vez que **não é necessário o exaurimento da seara administrativa para que ajuíze a ação perante o Poder Judiciário**, pois, o preenchimento de uma das



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

condições da ação e a concretização do consequente interesse processual, conforme precedente julgado pelo STF (RE 839.353/MA) se dá pelo simples fato do ingresso pelo autor de Requerimento Administrativo anterior a distribuição da competente ação, além do que a resistência da ré restou comprovada quando das suas respostas e exigências feitas quando do processo administrativo.

Ademais, como demonstram as decisões abaixo colacionadas, exaradas desse Egrégio Tribunal, o argumento acima descrito se torna totalmente cabível e aplicável ao presente caso concreto, uma vez que não há a necessidade do esgotamento da via administrativa para haver o ingresso na seara judicial, conforme entendimento firmado pelo plenário dessa Augusta Corte, abaixo transcrito, de nosso Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba:

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. DEMANDA AJUIZADA DEPOIS DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. MANUTENÇÃO DO DECRETO SENTENCIAL. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 932, INCISO IV, ALÍNEA "B", DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESPROVIMENTO MONOCRÁTICO DA IRRESIGNAÇÃO APELATÓRIA. "Art. 932. Incumbe ao relator: IV - negar provimento a recurso que for contrário a: (...) b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;" (Art. 932, IV, b, do NCPC) - **"Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o**



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao poder judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento.** (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00003592020158151201, - Não possui -, Relator DES. JOSÉ RICARDO PORTO, j. em 14-06-2017)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. DEMANDA AJUIZADA APÓS A FIXAÇÃO DO NOVO ENTENDIMENTO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240/MG. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRECEDENTES DO STF. INEXISTÊNCIA DE CONDIÇÃO DA AÇÃO. MESMO ENTENDIMENTO ADOTADO NO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO Nº 1.369.834/SP DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 932, INCISO IV, ALÍNEA "B", DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO NEGADO AO RECURSO. - Em recentes pronunciamentos, o Supremo Tribunal Federal, revendo posicionamento até então uníssono, passou a entender que, em ações de cobrança do seguro DPVAT, **deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo.** -



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Em decorrência da própria oscilação jurisprudencial sobre a matéria, buscando conferir uma maior segurança jurídica aos jurisdicionados, o Supremo Tribunal Federal estipulou uma regra de transição para a observância da nova hipótese de ausência de interesse de agir reconhecida. Nesse contexto, como padrão razoável de comportamento das partes e do juiz, estabeleceu que a adoção do entendimento como causa imediatamente extintiva do feito deve ser observada nas ações ajuizadas. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00003758820158150581, - Não possui -, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 09-06-2017).

Logo, diante da não necessidade de esgotamento da via administrativa, bem como ante o fato do autor ter ingressado na via administrativa antes de ajuizar a presente ação, resta demonstrada a pretensão resistida pela ré, e, por conseguinte o presente processo não merece ser extinto.

Por fim, diante do exposto, requer o peticionário que seja acatado as justificativas acima escritas, bem como que seja deferida a gratuidade judiciária e ao final seja a ré devidamente citada para responder aos termos dessa presente ação.

Nesses termos,  
Pede deferimento.

Picuí/PB, 19 de JUNHO de 2019.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13.220



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 2018

Aos Cuidados de: **ANTONIO FERREIRA DE LIMA**

Nº Sinistro: **3170458734**  
Vitima: **ANTONIO FERREIRA DE LIMA**  
Data do Acidente: **14/04/2015**  
Cobertura: **INVALIDEZ**  
Procurador: **NILO TRIGUEIRO DANTAS**

**Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170458734**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12408551

Pag. 01759/01760 - carta\_16 - INVALIDEZ





**Tribunal de Justiça da Paraíba  
Vara Única de Picuí**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 0800596-90.2018.8.15.0271**

**DESPACHO**

**Vistos, etc.**

Defiro a justiça gratuita.

Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

Sendo assim, em respeito aos princípios da duração razoável do processo e economia processual, **cite-se o promovido** para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Apresentada a contestação, caso esta seja instruída com documentos e/ou sejam arguidas preliminares ao mérito, **intime-se a parte autora à réplica/impugnação**, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se **independentemente de novo despacho**.

Picuí, data da assinatura eletrônica.

**Anyfrancis Araújo da Silva**

**Juiz de Direito**







**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUÍ**

---

**VARA ÚNICA DE PICUÍ**

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

**MANDADO DE CITAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO: 0800596-90.2018.8.15.0271**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ANTONIO FERREIRA DE LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Picuí, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte:

**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5, 6, 9, 14 E 15 Andares, CENTRO, RIO DE JANEIRO**

**- R J - C E P : 2 0 0 3 1 - 2 0 5**

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado cumprido, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na petição inicial.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

Picuí/PB, 13 de janeiro de 2020.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID  
Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O

IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 18100220463971600000016417585

